

Justiça rejeita prisão de Tuma

O juiz substituto da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília, João Baptista Coelho Aguiar, negou ontem o pedido de prisão em flagrante do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, feito na semana passada pelo procurador da República, Eugênio Aragão. Em seu despacho, o juiz considerou que o diretor da PF está cumprindo a liminar da Justiça Federal de 20 de outubro, que determina a retirada dos garimpeiros da área de 9,4 milhões de hectares da reserva dos índios Ianomamis.

Coelho Aguiar exigiu, no entanto, que Romeu Tuma e o responsável pela Fundação Nacional do Índio apresentem à Justiça, em 20 dias, relatórios completos sobre a operação de retirada. A decisão do juiz baseou-se no relatório entregue segunda-feira à 7ª Vara pelo diretor-geral da PF. Ao tomar conhecimento da decisão, Tuma disse que considera normal a exigência. "É uma necessidade do juiz para acompanhar a ação da polícia lá na área", afirmou.

Tuma confirmou que o governo federal não pretende mais reassentar os garimpeiros na Floresta Nacional de Roraima e que a PF já está orientando os garimpeiros a se deslocarem so-

mente para Uraricá-Santa Rosa, uma área de cem mil hectares que fica fora da Floresta Nacional. A PF tem alertado os garimpeiros, segundo Tuma, para que não ocupem a floresta nas áreas de Catrimani e Santa Isabel, pois se trata de território em pendência judicial e que só poderá ser usado para garimpagem se houver permissão da 7ª Vara, em sentença a ser pronunciada em quatro meses, no mínimo.

O coordenador da Funai, Nilson Campos Moreira, disse ontem que o acordo firmado, na semana passada, entre os órgãos do governo federal, o governo de Roraima e a União dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal) não vale mais. "Não posso fazer prevalecer um documento menor", afirmou. Foram retomados, assim, os planos originais, baseados no Decreto nº 98.501, que traçavam uma retirada compulsória dos garimpos.

Nas áreas indígenas daquela região estão espalhados cerca de 25 mil garimpeiros, que deveriam, segundo o acordo, sair pacificamente num prazo de 60 dias. O coordenador da Polícia Federal, Amaury Galdino, ao contrário da Funai, ainda acre-

dita nessa hipótese. "Vamos apenas fiscalizar a retirada", disse. "Se encontrarmos alguém retirando ouro, vamos entrar para valer", ressaltou.

A PF iniciou ontem a Fase Auowva da operação, bloqueando a pista do Jockey Clube, a cinco quilômetros do Aeroporto de Boa Vista. Às 15 horas (17 horas em São Paulo), o delegado Ronaldo Glaucom de Freitas Maia leu em voz alta o telex do comandante do VII Comando Aéreo Regional (Comar), major-brigadeiro-do-ar Luís Antônio Martins Loemil, comunicando a interdição do arrendatário (por NCz\$ 70 mil mensais) da pista, dono de garimpo e de cinco aviões, Antônio Picão.

Cerca de 40 agentes espanharam cavaletes no local, para impedir os pousos. As 40 aeronaves estacionadas ali têm 72 horas para decolar definitivamente — 20 delas estão quebradas e deverão ser rebocadas. Há dez dias, quando a operação começou, havia pelo menos o dobro. "Se não saírem no prazo, vão sair por outros meios", ameaçou Galdino. A interdição está respaldada nos artigos 30, 34 e 35 do Código Aeronáutico (Lei nº 7.565), que impede tráfego aéreo em pistas não homologadas.

Ministro quer garimpeiros na floresta

BRASÍLIA — O presidente José Sarney receberá para apreciação, hoje, do ministro da Justiça, Saulo Ramos, as minutas de três decretos que autorizam a ocupação de três áreas pelos garimpeiros que estão sendo retirados das terras dos Ianomamis — Catrimani, Santa Isabel e Santa Rosa. Das três, Santa Rosa é a única que fica fora da floresta nacional.

Anteontem, o grupo técnico encarregado de resolver a situação dos garimpeiros, no qual há um integrante do Ministério da Justiça, Ovidio Martins de Araújo, havia anunciado que o governo tinha decidido obedecer à Justiça Federal e alojar os garimpeiros apenas em Uraricá-Santa Rosa, área de cem mil hectares, no norte de Roraima, rica em ouro, mas ontem o ministro decidiu insistir na idéia anterior de reassentá-los na floresta.

Araújo disse ontem, entretanto, que o fato de Saulo Ramos ter enviado as minutas ao presidente não significa que serão aprovadas: "Sarney poderá assinar apenas o decreto de Santa Rosa, que é uma área que não está sub judice e fica fora tanto do território indígena quanto da floresta nacional".